

SOUSA GALITO, Maria (2014). Geoeconomia do Brasil. *CI-CPRI*, AI, N.º 20, Dezembro, pp. 1-20.

AI: Artigo de Investigação

CI-CPRI



Maria SOUSA GALITO é investigadora integrada no Centro de Estudos sobre África, Ásia e América Latina (CEsA) do Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG) da Universidade de Lisboa (UL) e investigadora associada no OBSERVARE da Universidade Autónoma de Lisboa. Auditora de Defesa Nacional (2012/2014). Doutoramento em Ciência Política e Relações Internacionais no Instituto de Estudos Políticos da Universidade Católica Portuguesa de Lisboa em 2008, depois de uma pós-graduação na mesma área no referido instituto. Mestrado em Economia pela Universidade de Nantes em 2000. Licenciatura em Economia pela Universidade de Évora.

Geoeconomia do Brasil

Maria Sousa Galito

Resumo

O Brasil foi considerado uma economia emergente em 2001 por Jim O’Neil, que o colocou a encabeçar o acrónimo BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China – actualmente BRICA para também incluir a África do Sul). Desde então, o Brasil continua a ser uma das economias a encabeçar o ranking dos países com maior potencial económico futuro e a afirmar-se como uma potência regional. Analisa-se, pois, o papel do Brasil na arena económica internacional e avaliam-se os principais desafios que o país enfrenta no final do primeiro quartel do séc. XXI.

Palavras-chave: Brasil, BRICA, geoeconomia, economia emergente.

Abstract

Brazil was considered an emerging economy in 2001 by Jim O’Neill, who put the country as head of the acronym BRIC (Brazil, Russia, India and China - now BRICA to also include South Africa). Since then, Brazil is still one of the economies leading the ranking of countries with the greatest future economic potential and asserts itself as a regional power. Therefore, this article analyzes the role of Brazil in the international economic arena and evaluates the main challenges that the country is facing at the end of the first quarter of the 21st century.

Passwords: Brazil, BRICA, geo-economics, emergent economy.

Introdução

A economia brasileira desperta crescente interesse no âmbito académico e científico, dada a sua capacidade de projecção internacional nos últimos anos. Sendo assim, testa-se a hipótese do Brasil continuar a ser uma das economias a encabeçar o ranking dos países com maior crescimento económico ou com potencial económico futuro; analisa-se o papel do Brasil no xadrez económico internacional; e avaliam-se os principais despiques que o país enfrenta na actualidade.

Para melhor investigar o tema e apresentar os principais resultados apurados, este artigo divide-se em três capítulos. Primeiro, estudam-se os principais indicadores macroeconómicos do Brasil. Depois, comparam-se os valores observados para o Brasil com os de outros países de referência, tais como os colegas da sigla BRICA, algumas das economias mais dinâmicas da América Latina e países desenvolvidos pré-seleccionados. Terceiro, propõe-se uma análise prospectiva da geoeconomia brasileira actual em termos igualmente comparativos.

1. Geoeconomia do Brasil

O Brasil é territorialmente o maior país da América Latina¹, oficialmente com uma superfície² de 8.514.215,3 Km². Possui fronteiras com dez Estados: a Argentina, a Bolívia, a Colômbia Guiana, a Guiana Francesa, o Paraguai, o Peru, o Suriname, o Uruguai e a Venezuela. Declarou independência de Portugal em 1822, a qual foi reconhecida a 29 de Agosto de 1825. A proclamação da república foi a 15 de Novembro de 1889. A *República Federativa do Brasil* é presidencialista, e está dividido política e administrativamente em 27 unidades federativas (26 estados e um distrito federal). A sua população ronda os 200 milhões de habitantes.

Apesar da sua dimensão, o desempenho económico nacional e internacional da sua economia foi defraudante durante décadas, com o país a desenvolver políticas mormente continentalistas, viradas para a resolução de assimetrias e graves problemas internos. Depois de ser governado por uma ditadura militar entre 1964/85, o país já democratizado recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI) nos anos 80 e 90 do séc. XX, num contexto de sucessivas crises financeiras e de flagrante dependência de recursos externos. O FMI impôs políticas de austeridade que desvalorizaram a moeda e cortaram nas despesas públicas da Federação. Findo este período, o Brasil estabilizou a sua economia e virou-se para o exterior.

Com os governos de Lula da Silva (2003/10) apostou-se no multilateralismo, no diálogo activo com os países desenvolvidos mas igualmente com economias não-centrais e emergentes, com vista a aumentar a capacidade de negociação e de intervenção nos assuntos globais, em fóruns internacionais tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU), para o qual também contribuíram as taxas de crescimento e o aumento da atractividade dos mercados brasileiros.

¹ Os cinco países mais extensos do mundo são: (1) Rússia; (2) Canadá; (3) China; (4) EUA; (5) Brasil.

² Instituto Brasileiro de Geografia e (2012). “Área Territorial Oficial”. *IBGE – Cartografia*, Geociências. URL: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/historico.shtm> (consultado a 18/09/2013)

«A política externa brasileira tem alguns pilares. Fundamentais são os conceitos formadores do padrão de comportamento brasileiro, universalismo e autonomia, com a conseqüente busca de enfraquecimento do unilateralismo. (...) Ao contrário dos países desenvolvidos, cujos recursos de poder económico e militar garantem-lhes influência internacional, ainda que com riscos de *over extension*, a projecção externa do Brasil é perseguida mediante intensa participação nos foros políticos e económicos, regionais e multilaterais.» (Ramanzini Júnior, 2010, pp. 76)

No séc. XXI, a economia brasileira tem sido considerada *emergente*; um estágio intermédio entre país *em desenvolvimento* e país *desenvolvido*, e que pode ser caracterizada por um crescimento económico rápido, com aumentos nos fluxos de investimento directo estrangeiro e na influência política internacional. Em regra, há um esforço de privatização das empresas públicas, liberalização do sistema bancário e de acumulação de reservas internacionais, bem como de redução da dívida externa, e fomentam-se políticas monetárias e fiscais de atracção ao investimento externo. Os seus mercados são promotores das exportações e da própria diversificação das mesmas, para ficarem menos sujeitos a choques internos ou externos e a alterações súbitas nos preços globais, acabando por ser considerados mais estáveis para potenciais investidores. Mas como ainda não são países desenvolvidos, possuem graves desigualdades na distribuição da riqueza, estruturas institucionais frágeis, dívidas públicas excessivas e a manutenção de algumas políticas económicas proteccionistas. (Williams, 2011)

Será que o Brasil é uma economia emergente? Começemos por analisar os dados reunidos na Tabela 1 para confirmar se o Brasil se transformou numa economia emergente, com base nos parâmetros definidos em cima.

Tabela 1: Indicadores Económicos do Brasil

	1995	2000	2005	2010	2013*
PIB preços correntes (milhões de US\$)	769.741	644.283	881.754	2.142.926	2.456.663
PIB preços constantes (%)	4,4	4,3	3,2	7,5	3,0
PIB PPP (US\$ <i>per capita</i>)	6.350,6	7.077,0	8.520,0	11.216,1	12.340,2
Desemprego (% da população activa)	4,7	7,1	9,8	6,7	6,0
Inflação (%)	66,0	7,0	6,9	5,0	6,1
Dívida Pública (líquida, em % do PIB)	n/a	47,8	48,2	39,1	33,6
Balança Contas Correntes (% PIB)	-2,4	-3,8	1,6	-2,2	-2,4
Importações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	30,7	13,1	5,4	38,2	8,7
Exportações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	-2,0	11,1	9,4	9,5	5,0
Importações de Petróleo (milhões de US\$)	5.209	7.657	11.779	26.089	37.952
Exportações de Petróleo (milhões de US\$)	774	1.042	3.228	3.991	5.379

Fonte: FMI (2013b)

* projecções

Com base nos dados fornecidos pela Tabela 1, o Produto Interno Bruto a preços correntes (PIB pc) do Brasil aumentou de 769.741 US\$ milhões em 1995 para 881.754

US\$ milhões em 2005 (o que representa um aumento de 14,6% do PIB pc em dez anos). Em 2010 era de 2.142.926 US\$ milhões (o que equivale a uma subida de 178,4% do PIB pc em quinze anos, de 1995/2010), sendo previsível que o valor se situe nos 2.456.663 US\$ milhões em 2013.

As taxas de crescimento anuais eram de 4,4% em 1995, atingiam os 7,5% em 2010 e rondavam os 3% em 2013 (previsões de Abril).

Se levarmos em consideração o PIB PPP *per capita*, que se refere ao poder de compra por pessoa, a média subiu de 6.350,6 US\$ por ano (em 1995) para 12.340,2 US\$ por ano (em 2013).

A inflação baixou significativamente desde a década de noventa do séc. XX, pois no ano 2000 já rondava os 7,0%, situando-se nos 6,1% em 2013. Para arrefecer a economia brasileira e aliviar a pressão inflacionista (resultado de uma procura interna excessiva, estimulada pelo aumento do rendimento das famílias e pela expansão do crédito), o Banco Central tem vindo a elevar gradualmente a taxa básica de juros (Selic). Isto numa altura em que os mercados emergentes tomam medidas para conter a saída de capitais provocada pela possibilidade dos EUA diminuírem os estímulos à economia, apesar da sua grande necessidade de capital.

«Uma vez que a economia americana se tornou dependente de injeções cada vez maiores de dinheiro barato — primeiro, taxas de juros muito baixas sob o governo de Clinton e Bush, e agora, na administração de Obama, a impressão de papel-moeda —, o capital externo necessário para manter a economia brasileira em crescimento tornou-se cada vez mais disponível a um custo cada vez menor» (Anderson, 2011, p. 50)

Em matéria fiscal, admite-se a insustentabilidade da taxa de crescimento das despesas públicas (com a proporção da despesa corrente a crescer em detrimento dos investimentos públicos). A dívida pública líquida em percentagem do PIB é elevada mas decrescente, pois rondava os 47,8% no ano 2000, a qual subiu cinco anos depois para 48,2%, descendo para 39,1% em 2010 e previsivelmente mais ainda para 33,6% em 2013.

A Balança das Contas Correntes chegou a ter um saldo positivo em 2005 (1,6% do PIB), mas a diferença entre a poupança total e o investimento total do país voltou a ser desfavorável ao Brasil, com um saldo negativo prognosticado para 2013 (-2,4% do PIB).

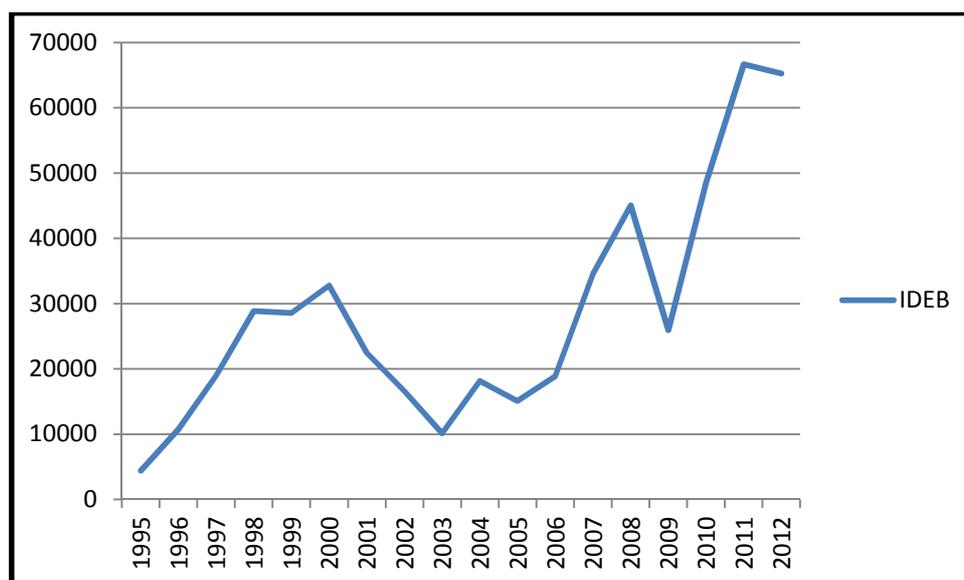
A Balança Comercial de petróleo é muito deficitária em função das necessidades crescentes da economia brasileira (as importações provavelmente vão atingir os 37.952 milhões de US\$ em 2013). Ainda assim, as exportações de petróleo têm aumentado significativamente (774 milhões de US\$ em 1995, as quais subiram para 3.228 milhões de US\$ em 2005, e está previsto que atinjam os 5.379 milhões de US\$ em 2013).

A dinâmica das exportações de bens e de serviços brasileiras já esteve mais alta. Se no ano 2000 atingiam uma taxa de crescimento em volume anual de 11,1%, esta baixava para 9,4% cinco anos depois, podendo chegar a 5,0% em 2013. Em contrapartida, a taxa de crescimento em volume dos bens e serviços chegou aos 38,2% em 2010, baixando talvez para 8,7% em 2013.

As taxas de crescimento das exportações de bens e de serviços em volume podem estar a decrescer mas ainda assim não são baixas. Do ponto de vista do investimento, a situação também não é desfavorável.

Levando em consideração o Gráfico 1, é possível constatar que o Brasil ultrapassou períodos alternados de maior e menor atracção de IDE desde 1995. A partir de 2003, a capacidade de captação de IDE desde 2003 tornou-se significativamente ascendente, apesar do período de 2008/09 ter sido de contracção imediatamente após a eclosão da crise internacional.

Gráfico 1: Investimento Directo Estrangeiro no Brasil (1995/2012)



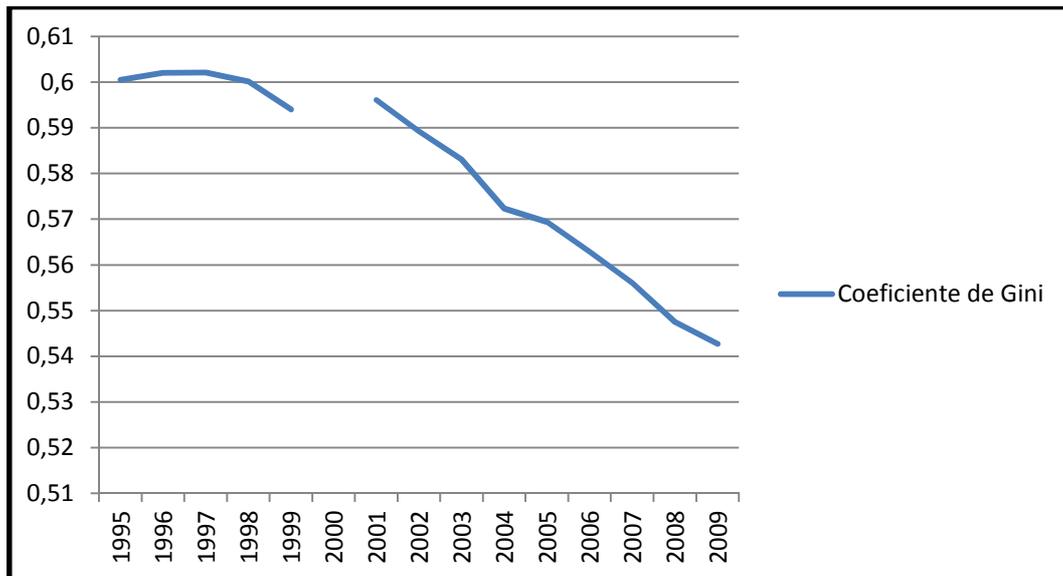
Fonte: Portal Brasil (2013)

Unidade: US\$ milhões

Na Tabela 1 era possível constatar que as taxas de desemprego tinham sido crescentes no período estudado (passaram de 4,7% em 1995, para 9,8% em 2005, para 6,7% em 2010, sendo de prever que ronde os 6,0% em 2013). Para complementarmos estas conclusões, analisemos o coeficiente de Gini (ver Gráfico 2).

Com base na fonte consultada – Portal Brasil (2010) – não há valores disponíveis para o ano de 2000. Seja como for, o Gráfico 2 parece revelar uma diminuição significativa da assimetria entre a distribuição da riqueza no Brasil no período compreendido entre 1995 e 2009. Isto porque a completa desigualdade é traduzida por 1 e a máxima igualdade por 0, sendo que os valores no Brasil desceram de 0,6 em 1995 para 0,543 em 2009.

Gráfico 2: Coeficiente de Gini (1995/2009)



Fonte: Portal Brasil (2010)

O crescimento económico do Brasil ajudou o governo brasileiro, sobretudo sob a batuta do Presidente Lula da Silva, a aplicar políticas de distribuição da riqueza nacional de forma impactante junto dos mais pobres, retirando um n.º muito significativo deles da mais abjecta miséria.

«Combinados, o crescimento económico mais rápido e a distribuição da renda mais ampla conseguiram a maior redução na pobreza na história brasileira. De acordo com algumas estimativas, o número de pobres caiu de cerca de 50 milhões para 30 milhões num espaço de seis anos, e o número de desamparados foi reduzido pela metade. Metade dessa dramática transformação pode ser atribuída ao crescimento, a outra metade a programas sociais – financiados, é claro, pelas maiores receitas oriundas do crescimento. (Anderson, 2011, p. 29)

Apesar da diminuição no Coeficiente de Gini, este continua acima dos 0,5. Este facto, acrescido a taxas de crescimento económico mais lentas (abaixo do 3%), havendo pois menos riqueza nacional para distribuir num país cada vez mais populoso com necessidades crescentes, poderia elevar o risco de destabilização social.

Afinal, o Brasil pode ser uma economia emergente mas ainda não é um país desenvolvido. Por um lado, possui vulnerabilidades, ineficiências no mercado. As despesas do Estado continuam elevadas face ao PIB, o que obriga o país a pedir empréstimos ao exterior a taxas de juro que podem comprometer a dependência em relação ao exterior – mesmo atendendo às políticas até agora prudentes nesse sentido.

Por outro lado, o país parece estar a desindustrializar-se (ao invés do contrário)³, continuando a exportar sobretudo *commodities*. Os níveis de corrupção também permanecem elevados – esta questão será observada novamente no capítulo seguinte, ao

³ Sobre o processo de desindustrialização brasileira, consultar: Marconi, Nelson e Rocha, Marcos (2011). “Desindustrialização Precoce e Sobrevalorização da Taxa de Câmbio”. *Projeto Regulação do Comércio Global, Diretoria de Estudos e Relações Económicas e Políticas Internacionais do IPEA*, Textos para Discussão N.º 1681, pp. 1-55.

observar o Mapa 1. Registam-se falhas graves nos sistemas legal e regulatório (tais como fuga ao fisco, mercado de trabalho rígido, etc.), o que não constrange o potencial interesse dos investidores estrangeiros. Para além do impacto limitador de alguns factores externos, tais como as políticas agressivas e mais competitivas dos EUA e da China para o comércio externo. (Williams, 2011)

Para melhor compreendermos esta situação, propõe-se agora a comparação da economia brasileira com a de outras economias competitivas à escala global.

2. Geoeconomia do Brasil – Análise Comparativa

Propõe-se uma análise do Brasil no seu contexto regional. Sendo assim, os indicadores económicos que constavam da Tabela 1 para o Brasil, podem agora ser comparados com os da Tabela 2 para outras quatro economias emergentes da América Latina: Argentina, Chile, México e Peru. Estes quatro países foram escolhidos com base no critério da vizinhança; da performance das suas taxas de crescimento nos últimos anos (Chile e Peru); e da dimensão e relevância estratégica dos seus mercados (Argentina e México).

Levando em consideração os dados fornecidos pela Tabela 2, o México possui vários indicadores macroeconómicos mais favoráveis, no seu conjunto, do que o Brasil. Por exemplo, dinamizava taxas de crescimento na ordem dos 5,3% em 2010 (em Brasília eram de 7,5%), as quais poderão diminuir para 3,4% em 2013 (e ainda assim serem superiores às do Brasil com 3,0%). O PIB PPP US\$ *per capita* também foi mais alto no México do que no Brasil em 2010 (13.945,4 US\$ em 2010) e poderá continuar a sê-lo em 2013 (15.931,8 US\$). As taxas de desemprego no México são mais baixas do que no Brasil (em 2013, respectivamente 4,8% e 6,0%), bem como as taxas de inflação (em 2013, respectivamente 3,7% e 6,1%). O saldo da Balança de Contas Correntes é igualmente menos deficitário no México (em 2013, respectivamente, -1,0% contra -2,4%). As exportações de petróleo do México superam as do Brasil tanto em 2010 como previsivelmente em 2013, bem como a taxa de crescimento em volume das exportações de bens e de serviços em 2010 (no Brasil poderão ser maiores em 2013).

A taxa de crescimento do PIB na Argentina era superior à do Brasil em 2010 (9,2% contra 7,5%), verificando-se talvez o contrário em 2013 (2,8% contra 3,0%). O PIB PPP em US\$ *per capita* é mais elevado na Argentina do que no Brasil, tanto em 2010 como se prevê em 2013, e os saldos das Balanças de Contas Correntes são igualmente mais favoráveis na Argentina do que no Brasil nas datas estudadas. As exportações de petróleo da Argentina superam as do Brasil (6.515 milhões de US\$ em 2010 e um pouco menos em 2013, a rondar os 6.329 milhões de US\$), bem como a taxa de crescimento em volume das exportações de bens e de serviços (16,0% em 2010 e 7,5% em 2013).

No que concerne a economias mais pequenas como o Peru, as taxas de crescimento do PIB foram superiores às do Brasil (atingindo os 8,8% em 2010, baixando um pouco o ritmo para 6,3% em 2013) e as taxas de inflação foram inferiores (1,5% em 2010 e 2,1% em 2013). As exportações de bens e de serviços do Peru, em volume, poderão rondar os 7,8% em 2013 (um ritmo superior ao oferecido pela máquina exportadora do Brasil), sendo que as importações também baixaram consideravelmente naquele país.

Tabela 2: Indicadores Económicos América Latina (Argentina, Chile, México e Peru)

	Argentina		Chile		México		Peru	
	2010	2013*	2010	2013*	2010	2013*	2010	2013*
PIB preços correntes (milhões US\$)	367.565	498.698	217.312	285.703	1,034.146	1,274.966	153.884	220.825
PIB preços constantes (%)	9,2	2,8	5,8	4,9	5,3	3,4	8,8	6,3
PIB PPP (US\$ <i>per capita</i>)	16.061,6	18.709,3	16.147,1	19.474,7	13.945,4	15.931,8	9.358,0	11.403,0
Desemprego (% da população activa)	7,8	7,1	8,2	6,5	5,4	4,8	7,9	6,8
Inflação (%)	10,5	9,8	1,4	2,1	4,2	3,7	1,5	2,1
Dívida Pública (líquida, em % do PIB)	n/a	n/a	-7,0	-7,6	36,8	38,0	9,9	2,3
Balança Contas Correntes (% PIB)	0,6	-0,1	1,5	-4,0	-0,2	-1,0	-2,5	-3,5
Importações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	38,4	8,3	25,7	5,6	19,7	3,2	24,6	9,3
Exportações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	16,0	7,5	2,4	3,9	21,6	2,9	1,6	7,8
Importações de Petróleo (milhões de US\$)	4.474	9.370	4.341	6.256	30.211	41.573	4.063	6.105
Exportações de Petróleo (milhões de US\$)	6.515	6.329	0.000	0.000	41.028	50.810	3.088	5.202

Fonte: FMI (2013a)

* projecções

O Chile é uma economia igualmente ambiciosa, com taxas de crescimento previstas de 4,9% para 2013. O seu PIB PPP US\$ *per capita* subiu de 16.147,1 US\$ em 2010 para 19.474,7 US\$. A sua inflação subirá um pouco de 1,4% em 2010 para 2,1% em 2013. Os indicadores são mais atractivos para o IDE do que os proporcionados pela economia brasileira.

Para além da contextualização regional, poderá realizar-se uma análise mais globalizante, sobretudo no seio dos BRICA. Jim O’Neil da Goldman Sachs é o grande responsável, em 2001⁴, pela criação do acrónimo BRIC (termo que significa “tijolo” e que se refere ao Brasil, à Rússia, à Índia e à China), mais tarde ampliado para BRICS ou BRICA (para incluir também a África do Sul).

Os BRICA assumem uma dimensão global, porque três dos países são asiáticos, um é africano e o outro latino-americano. A inclusão do Brasil no grupo dos BRICA tem implicações geopolíticas. Confere-lhe um estatuto importante à mesa de negociações do G20; e, em geral, no xadrez internacional, elevando-o a candidato potencial (mas ainda não efectivo) a um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU. Uma posição de prestígio alimenta rivalidades e invejas, podendo até ser percebido como uma ameaça, mesmo quando não o é.

Os BRICA não são uma federação como os EUA, nem um bloco regional como a União Europeia, nem uma organização internacional como a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte). Já vaticinaram o seu insucesso, em nome da informalidade das suas relações; da heterogeneidade das prioridades de cada qual; e da dificuldade de tomar decisões em conjunto, também pela falta de um orçamento comum. Mas os BRICA não são uma *entidade* mas antes um grupo de pressão à mesa das negociações internacionais, tais como no G20. Acabam por afirmar-se geoeconomicamente em conjunto, ainda que sobretudo individualmente, e supervisionam regularmente as acções uns dos outros (contribuindo assim para o equilíbrio de poderes). Os seus mais altos representantes reúnem-se ocasionalmente para tratar de assuntos de interesse comum (por exemplo, em cimeiras anuais de chefes de Estado).

Os indicadores económicos observados para o Brasil na Tabela 1, podem agora ser confrontados com os da Tabela 3 para os demais BRICA – neste caso, para a China, Índia, Rússia e África do Sul.

BRICA é acrónimo para cinco países mas, neste grupo, há dois países que se destacam. O país que compete mais de perto com os indicadores macroeconómicos da China não é o Brasil, nem mesmo a Rússia ou a África do Sul, é a Índia. Com um PIB pc de 1.614.834 milhões de US\$ em 2010 e de 1.972.844 milhões de US\$, garantiu taxas de crescimento do PIB a preços constantes de 11,2% em 2010, as quais poderão decrescer para 5,7% em 2013 (mantendo-se, apesar de tudo, elevadas em relação às praticadas pela maioria das outras economias). As suas taxas de inflação são elevadas (12,0% em 2010 e 10,8% em 2013), mas são os valores das suas importações de petróleo que impressionam e que se aproximam das praticadas na China, e que se justificam em função da necessidade de satisfazer o elevado ritmo interno de industrialização (100.686 milhões de US\$ em 2010, que subirão talvez para 181.752 milhões de US\$ em 2013).

⁴ O’Neil, Jim (2001). Building Better Global Economic BRICs. *Goldman Sachs*, Global Economics, Paper N.º 66, p. 1.

Tabela 3: Indicadores Económicos dos BRICA (China, Índia, Rússia e África do Sul)

	China		Índia		Rússia		África do Sul	
	2010	2013*	2010	2013*	2010	2013*	2010	2013*
PIB preços correntes (milhões de US\$)	5.930.393	9.020.309	1.614.834	1.972.844	1.525.353	2.213.567	363.198	375.994
PIB preços constantes (%)	10,5	8,0	11,2	5,7	4,5	3,4	3,1	2,8
PIB PPP (US\$ per capita)	7.553,4	10.011,5	3.378,1	4.060,2	15.687,2	18.670,5	10.562,6	11.750,4
Desemprego (% da população activa)	4,1	4,1	n/a	n/a	7,5	5,5	24,9	25,7
Inflação (%)	3,3	3,0	12,0	10,8	6,9	6,9	4,3	5,8
Dívida Pública (líquida, em % do PIB)	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	29,4	37,9
Balança Contas Correntes (% PIB)	4,0	2,6	-3,2	-4,9	4,6	2,5	-2,8	-6,4
Importações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	20,1	8,1	12,8	3,8	25,3	6,7	9,6	2,4
Exportações (taxa de crescimento do volume de bens e serviços)	27,8	6,8	19,2	3,8	-1,0	2,5	4,5	3,5
Importações de Petróleo (milhões de US\$)	163.558	263.922	100.686	181.752	0.000	0.000	11.178	16.329
Exportações de Petróleo (milhões de US\$)	20.422	25.153	38.158	79.738	206.270	277.981	7	97

Fonte: FMI (2013a)

* projecções

Em contrapartida, a China possui um PIB a preços correntes de 5.930.393 milhões de US\$ em 2010, o qual poderá atingir os 9.020.309 milhões de US\$ em 2013; para além de taxas de crescimento do PIB a preços constantes na ordem dos 10,5% em 2010, as quais poderão apenas decrescer para uns ainda assim espantosos 8,0% em 2013. A taxa de desemprego não é considerada alta, mantendo-se estacionária nos 4,1% nas datas analisadas, e a inflação também se conserva controlada nos 3% em 2013. O Saldo da Balança de Contas Correntes é superavitário tanto em 2010 (4,0%) como em 2013 (2,6%). Os indicadores económicos chineses traduzem um *boom* que resistiu à grande crise financeira internacional, que é consistente, duradouro e com impacto global. Inclusive no Brasil.

«Para o Brasil, ainda mais decisiva foi a ascensão da China como potência económica de compensação, o principal mercado para suas duas principais exportações, soja e minério de ferro, e o sustentáculo de sua balança comercial. O duradouro boom chinês afectou praticamente o mundo inteiro. Mas o Brasil é, indiscutivelmente, o país onde esse *boom* fez a maior diferença.» (Anderson, 2011, p. 51)

Na Tabela 4 constam os dez principais parceiros comerciais do Brasil ao nível das exportações e das importações. De facto, destaca-se a importância crescente da China tanto ao nível das exportações (passou de 2,5 US\$ bil. em 2002 para 44,3 US\$ bil. de dólares americanos em 2011, baixando depois para 41,2 US\$ bil. em 2012, estando contabilizados 31,8 US\$ bil. entre Janeiro e Agosto de 2013) como das importações (aumentaram de 1,6 para 34,2 US\$ bil. de 2002 para 2012, já com 24,4 US\$ bil. desde Janeiro a Agosto de 2013). As exportações brasileiras ainda se baseiam em *commodities* e mercadorias de baixa tecnologia, e produtos básicos. As importações são sobretudo de bens manufacturados.

Tabela 4: Exportações e Importações Brasil/TOP 10

Países	Exportações					Países	Importações				
	2002	2010	2011	2012	2013*		2002	2010	2011	2012	2013*
Total Geral	60,4	201,9	256,0	242,6	156,7	Total Geral	47,2	181,8	226,2	223,2	160,4
10 Países	32,7	109,8	143,5	136,0	91,7	10 Países	29,7	114,5	142,6	140,3	101,0
China	2,5	30,8	44,3	41,2	31,8	China	1,6	25,6	32,8	34,2	24,4
EUA	15,4	19,3	25,8	26,7	16,1	EUA	10,3	27,0	34,0	32,4	23,8
Argentina	2,3	18,5	22,7	18,0	13,0	Argentina	4,7	14,4	16,9	16,4	11,6
Holanda	3,2	10,2	13,6	15,0	10,1	Alemanha	4,4	12,6	15,2	14,2	10,1
Japão	2,1	7,1	9,5	8,0	5,2	Coreia Sul	1,1	8,4	10,1	9,1	6,5
Alemanha	2,5	8,1	9,0	7,3	4,1	Nigéria	1,1	7,0	8,4	8,0	6,5
Índia	0,7	3,5	3,2	5,6	n/a	Japão	2,3	5,9	8,4	7,7	4,7
Venezuela	0,8	3,9	4,6	5,1	2,7	Itália	1,8	4,8	6,2	6,2	4,5
Chile	1,5	4,3	5,4	4,6	2,8	México	0,6	3,9	5,1	6,1	n/a
Itália	1,8	4,2	5,4	4,6	2,7	França	1,8	4,8	5,5	5,9	4,5

Fonte: Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2013)

Unidade: \$US bil. FOB 2013* (Jan-Ago)

Os EUA eram o principal parceiro comercial do Brasil em 2002, tendo perdido o primeiro lugar para a China tanto no ranking de principais exportadores quanto de importadores. Mudanças geopolíticas fizeram com que o Brasil deixasse desconsiderar os EUA como alvo prioritário (como durante o governo de Fernando Henrique Cardoso), ao diversificar as suas atenções para outros países (durante os governos dos Presidentes Lula da Silva e Dilma Rousseff), tanto no âmbito regional como global – inclusive economias dos seus colegas do acrónimo BRICA, numa tentativa de diminuir dependências e procurar novas políticas externas, capazes de gerar sinergias e mais-valias.

A Argentina é outra das grandes apostas brasileiras mais recentes, com aumento do nível da quota deste mercado, como cliente e como fornecedor. Trata-se do terceiro maior cliente internacional do Brasil em 2011, com aquisições na ordem dos 22,7 mil milhões de dólares; mantendo-se igualmente como terceiro principal fornecedor com vendas ao Brasil de 16,9 biliões de dólares americanos). As quotas da Argentina têm, apesar de tudo, diminuído entre 2012/13 tanto nas exportações como nas importações para o Brasil. A Índia é já um dos principais clientes do Brasil (ascendendo no ranking, de 0,6 US\$ bil. em 2002 para 5,6 US\$ bil. em 2012). No lado dos fornecedores, evidencia-se a subida no ranking do vizinho México, que apenas representava 0,6 US\$ bil., tendo o seu volume de negócios com o Brasil subido para 6,1 US\$ bil. em 2012.

A Tabela 5 que se segue confere-nos uma perspectiva comparada sobre as economias analisadas do ponto de vista da percentagem da sua população em relação ao total mundial. Podemos constatar que 2,9% da população mundial vivia no Brasil em 1995, percentagem que subirá possivelmente para 3,6% em 2013.

Tabela 5: População (em % do total mundial)

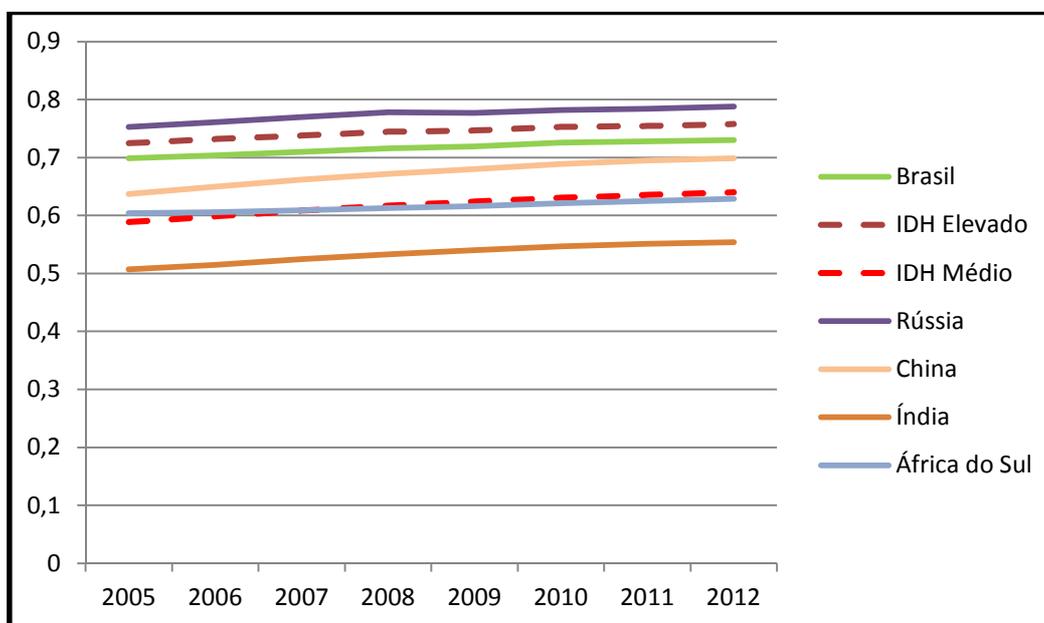
(%)	1995	2000	2005	2010	2013*
Brasil	2,9	3,2	3,4	3,5	3,6
China	22,0	23,0	23,8	24,4	24,7
Índia	17,0	18,6	20,2	21,6	22,5
Rússia	2,7	2,7	2,6	2,6	2,6
África do Sul	0,7	0,8	0,9	0,9	0,9
EUA	4,8	4,7	4,6	4,6	4,5
Argentina	0,6	0,7	0,7	0,7	0,8
Chile	0,3	0,3	0,3	0,3	0,3
México	1,7	1,8	1,9	2,0	2,1
Peru	0,4	0,5	0,5	0,5	0,6
BRICA	45,4	44,6	43,8	43,0	42,7
Mundo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: FMI (2013a)

Os BRICA, por seu turno, representavam um universo de 45,4% de consumidores a nível mundial em 1995, quota de mercado que poderá descer em 2013 para 42,7%. Alerta-se para o facto da China e da Índia serem responsáveis por grande parte da expansão demográfica à escala global, pois as respectivas populações poderão representar 24,7% e 22,5% da população mundial em 2013 (rondavam os 22,0% e 17% em 1995).

Os mercados latinos da Argentina, Chile, México e Peru são mais pequenos em termos populacionais, mas todos eles podem em princípio representar mais consumidores em 2013. Por exemplo, o México, dos quatro o mais populoso, tinha 1,7% da população mundial em 1995, sendo que em 2013 poderá ter 2,1%.

Gráfico 3: Índices de Desenvolvimento Humano dos BRICA (2005/2012)



Fonte: PNUD (2013)

Resta saber se a população do Brasil, que aumenta em número, tem beneficiado igualmente de acréscimos de bem-estar. Para efeitos comparativos, o Gráfico 3, confere índices de desenvolvimento humano (IDH) para todos os BRICA entre 2005/12.

De acordo com as projecções do PNUD (2013), constantes no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2013, o Brasil, a China e a Índia, no seu conjunto e até 2050, corresponderão a 40% do produto global, contra 10% em 1950.

O IDH varia entre 0 (baixo) e 1 (muito alto), é medido com base numa metodologia multifacetada, que inclui análises por país com base em indicadores tais como a taxa de alfabetização e de escolaridade, expectativa de vida ao nascer, e PIB *per capita*.

O IDH do Brasil situa-se acima do IDH médio e abaixo do IDH elevado, oscilando entre 0,699 em 2005 e 0,730 em 2012. Dos BRICA, apenas a Rússia possui um melhor IDH que o Brasil, com valores entre os 0,753 em 2005 e os 0,788 em 2012; pelo que superiores ao limite mínimo acordado pelo PNUD para representar um IDH elevado (0,725 em 2005 e 0,758 em 2012). A pior performance dos BRICA, é testemunhada pela Índia, com um IDH de 0,507 em 2005 e de 0,554 em 2012.

O crescimento da população brasileira é contemporâneo de um período de taxas de crescimento (PIB a preços constantes) cada vez menores. De facto, o Brasil crescia a 2,7% ao ano em 2011, apenas 0,9% em 2012 e talvez recupere para 2,5% quando se apurarem os resultados no final de 2013 (ver Tabela 6).

Tabela 6: Taxas de Crescimento (2011/2013)

	2011	2012	2013*
Mundo	3,9	3,1	3,1
EUA	1,8	2,2	1,7
Japão	-0,6	1,9	2,0
México	3,9	3,9	2,9
Zona Euro	1,5	-0,6	-0,6
União Europeia	1,7	-0,2	-0,1
Alemanha	3,1	0,9	0,3
França	2,0	0,0	-0,2
Rússia	4,3	3,4	2,5
China	9,3	7,8	7,8
Índia	6,3	3,2	5,6
Brasil	2,7	0,9	2,5
África do Sul	3,5	2,5	2,0

Fonte: FMI (2013c)

Por um lado, estas taxas ficam talvez abaixo do necessário para manter o ritmo de economia emergente, em especial quando comparadas com as chinesas (9,3% em 2011, 7,8% em 2012 e talvez 7,8% em 2013), com as indianas (6,3% em 2011, 3,2% em 2012 e 5,6% em 2013), ou até com as russas (4,3% em 2011, 3,4% em 2012 e 2,5% em 2013), mas entram na linha precursora da África do Sul (com taxas entre os 3,5% em 2011 e os 2,0% talvez para 2013).

Por outro lado, as taxas de crescimento do Brasil são superiores às dos países desenvolvidos, em particular os EUA (1,8% em 2011, ritmo que recuperou para 2,2% em 2012 mas talvez retroceda em 2013 para 1,7% ao ano) e a União Europeia (1,7% em 2011, -0,2% em 2012 e -0,1% em 2013).

Tabela 7: Reservas Internacionais (2013)

Países	2013
Japão	1.254.204,00
Rússia	512.834,35
Brasil	371.965,55
China*	303.582,00
Índia	287.897,32
Alemanha	210.556,10
México	168.901,41
França	154.888,03
EUA	145.301,85
Reino Unido	103.374,00
Peru	67.143,00
Chile	40.083,39
África do Sul	47.320,00
Argentina	37.048,58

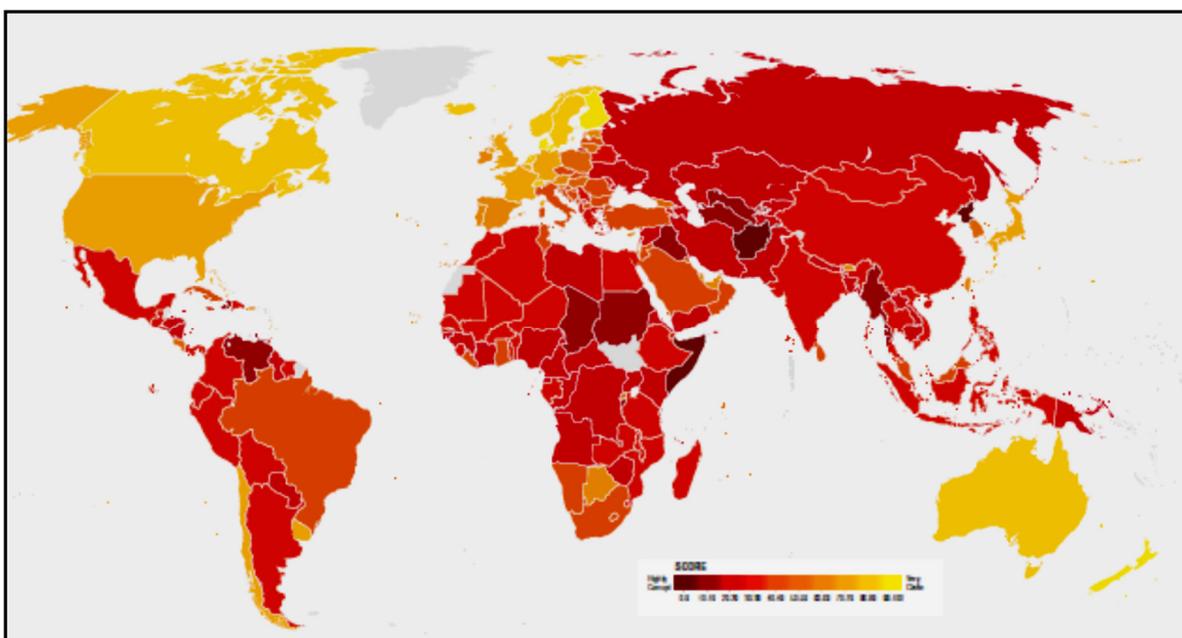
Fonte: FMI (2013d) US\$ milhões * China PR: Hong Kong

Outro dos indicadores a levar em conta na análise da pujança real de uma economia emergente como o Brasil, é o das reservas internacionais. No ano de 2013, o ranking mundial era liderado pelo Japão com 1.254.204 US\$ milhões, seguido da Rússia com 512.834,35 US\$ milhões, sendo que a terceira posição era ocupado pelo Brasil com 371.965,55 US\$ milhões (Ver Tabela 7).

Isto significa que os depósitos em US\$ dos bancos centrais e das autoridades monetárias do Brasil são das maiores do mundo. Estes activos são utilizados no cumprimento dos seus compromissos financeiros, tais como para atenuar as flutuações do dólar. É preciso não esquecer que o país prossegue uma política monetária de câmbio flexível.

Uma análise de conjunto não ficaria completa sem uma observação do Índice de Percepção da Corrupção Internacional (IPCI). Este varia entre 100 (transparente, sem corrupção) e 0 (altamente corrupto), e ajuda a ter uma perspectiva sobre os mercados mais atraentes para o investidor externo a nível global (ver Mapa 1).

Mapa 1: Índice de Percepção da Corrupção Internacional (2012)



Fonte: Transparência Internacional (2012)

O IPCI Brasil contabiliza 43 pontos, pelo que consta do 69º lugar num ranking de 174 países liderado em 2012 pela Dinamarca com 90 pontos. O Brasil e a África do Sul, que também se qualifica no 69º lugar com 43 pontos, constam no grupo laranja-escuro. A cor vermelha-claro é encabeçada pela China com 39 pontos no 80º lugar, e do seu grupo também consta a Índia listada em 94º com 36 pontos. A Rússia está incluída no grupo vermelho-escuro, ocupando o 133º lugar com 28 pontos.

Podemos constatar, portanto, que o Brasil ainda é percebido como uma economia com falhas de mercado e no âmbito do sistema regulatório e legal. A nível mundial não é dos piores, mas um 69º lugar no ranking de 174 países também não é meritório para uma economia que se deseja consolidada e reconhecida como um Estado de Direito Democrático.

3. Geoeconomia do Brasil – Análise Prospectiva

Nos capítulos anteriores pudemos constatar a evolução positiva dos principais indicadores macroeconómicos do Brasil nos últimos anos, bem como as maiores vulnerabilidades que o país enfrenta para manter a consolidação do projecto de estabilidade interna e de projecção externa até agora impulsionado pelo crescimento económico.

O Brasil ambiciona ser uma economia desenvolvida, por agora ainda é só emergente. (Williams, 2011) Mas e que futuro poderá estar reservado para o Brasil do ponto de vista geoeconómico?

Com base nas projecções do FMI (2013^a), resumidas na Tabela 8, o PIB PPP do Brasil entre 2013/18 rondará os 2,8% do total mundial, com tendência para pequenas diminuições na percentagem nos próximos anos (de 2,828% em 2013 para 2,803% em 2018). Estes valores são talvez desencorajadores para uma economia que se deseja emergente a caminhar para desenvolvida.

Tabela 8: Projecções para o PIB PPP (% Mundo)

	2013	2014	2015	2016	2017	2018
EUA	18,619	18,435	18,302	18,134	17,941	17,681
China	15,621	16,261	16,916	17,583	18,266	18,971
Índia	5,770	5,894	6,026	6,167	6,313	6,467
Japão	5,479	5,344	5,177	5,019	4,862	4,709
Alemanha	3,749	3,658	3,553	3,448	3,343	3,241
Rússia	3,028	3,022	3,005	2,981	2,957	2,934
Brasil	2,828	2,830	2,825	2,818	2,811	2,803
Reino Unido	2,742	2,677	2,614	2,552	2,494	2,447
França	2,625	2,547	2,477	2,414	2,354	2,297
México	2,120	2,108	2,088	2,066	2,043	2,021
Argentina	0,890	0,886	0,875	0,863	0,851	0,839
Chile	0,392	0,394	0,396	0,396	0,397	0,398
Peru	0,405	0,413	0,420	0,426	0,433	0,439
África do Sul	0,698	0,694	0,688	0,681	0,672	0,663

Fonte: FMI (2013a)

* Projecções (baseadas em 2011)

Entre os BRICA, para além das fatias decrescentes do Brasil, temos as da África do Sul (que, em princípio, passará de 0,698% em 2013 para 0,663% em 2018) e as da Rússia (3,028% em 2013 para 2,934% em 2018). Em contrapartida, a China e a Índia poderão continuar a afirmar a sua pujança no mercado global. No caso da Índia, ao contribuir para o aumento do seu PIB PPP de 5,770% em 2013 para 6,467% do total mundial. No caso da China, ao aumentar significativamente a sua abundância comparativa (de 15,621% em 2013 talvez para 18,971% do total mundial em 2018).

Se a China e a Índia poderão representar uma percentagem cada vez superior do PIB PPP mundial, o mesmo não se poderá dizer de economias consideradas desenvolvidas como os EUA (18,619% em 2013 para 17,681% em 2018), o Japão (5,479% em 2013

para 4,709% em 2018), da Alemanha (3,749% em 2013 mas talvez só 3,241% em 2018), do Reino Unido (2,742% em 2013 mas apenas 2,447% em 2018) e da França (2,625% em 2013 diminuindo para 2,447% em 2018).

Na América Latina, alguns dos mercados regionais mais pequenos como o Chile e o Peru, terão talvez um comportamento mais dinâmico, nem que seja comparativamente e em termos globais; ao passo que alguns dos principais mercados rivais do Brasil como o México e a Argentina poderão perder alguma quota do PIB PPP.

Se tentarmos projectar o comportamento das economias num período mais amplo, propõe-se a análise da Tabela 9, que oferece um ranking das onze maiores economias em termos de PIB PPP em biliões de dólares americanos em 2011, mas também com projecções para 2030 e para 2050.

Tabela 9: Projecções para o PIB PPP (US\$bn)

Top	2011		2030		2050	
	Países	PIB PPP	Países	PIB PPP	Países	PIB PPP
1	EUA	15.094	China	30.634	China	53.856
2	China	11.374	EUA	23.376	EUA	37.998
3	Índia	4.531	Índia	13.716	Índia	34.704
4	Japão	4.381	Japão	5.842	Brasil	8.825
5	Alemanha	3.221	Rússia	5.308	Japão	8.065
6	Rússia	3.031	Brasil	4.685	Rússia	8.013
7	Brasil	2,305	Alemanha	4.118	México	7.409
8	França	2,303	México	3.662	Indonésia	6.346
9	Reino Unido	2.287	Reino Unido	3.499	Alemanha	5.822
10	Itália	1,979	França	3.427	França	5.714
11	México	1.761	Indonésia	2.912	Reino Unido	5.598

Fonte: PWC (2013)

Com base na fonte consultada (PWC, 2013) e no indicador económico escolhido (PIB PPP), prevê-se que a economia brasileira se situe num sétimo lugar (com 2.305 US\$bn) em 2011, ascenda a um sexto lugar em 2030 (com 4.685 US\$bn) e depois a um melhor quarto lugar em 2050 (com 8.825 US\$bn).

A confirmarem-se as estimativas, as três principais economias do futuro seriam a China (30.634 US\$bn em 2030 e 53.856 US\$bn em 2050), os EUA (23.376 US\$bn em 2030 e 37.998 US\$bn em 2050) e a Índia (13.716 US\$bn em 2030 e 34.704 US\$bn em 2050).

Estaremos pois a caminhar para um xadrez geoeconómico tripartido? Do ponto de vista dos negócios internacionais, poderá assim cimentar-se a área de influência do oceano Pacífico, com a asseveração consistente do poder asiático em rivalidade ou cooperação com o americano? O Japão, a Indonésia e o México são algumas das outras economias em ascensão e que também se incluem neste espaço de afirmação crescente.

Podemos observar no Mapa 2 o quanto a substituição do centro de gravidade no Atlântico para o Pacífico poderá ter implicações geopolíticas futuras, não apenas geoeconómicas, pois as prioridades são em muito definidas por áreas de influência.

Mapa 2: Geoeconomia Mundial 2050 – Afirmação do Pacífico



Atendendo à informação disponível, é possível que o Brasil esteja a percorrer um caminho ascendente de maior influência no xadrez geoeconómico globais, pois a força dos mercados tem implicações ao nível da capacidade de negociação e de reivindicação nas reuniões do G20, dos BRICA ou mesmo na OMC. Mas tudo depende da evolução económica que o país efectivamente terá nos próximos dez a vinte anos. Isto porque as estimativas que constavam nas tabelas baseavam-se numa avaliação *ceteris paribus* (e se tudo se mantiver constante), quando o contexto internacional, é tudo menos estável, podendo ficar ainda mais complicado no futuro do ponto de vista geoeconómico, bem como geopolítico.

Conclusão

O Brasil é quase um continente em dimensão geográfica e em tamanho de mercado que gere mais de 200 milhões de consumidores. Pode considerar-se uma economia emergente que almeja ser desenvolvida, mas ainda não o é. Conseguiu sobreviver bem à crise financeira internacional cujo *boom* se deu após 2008, mas ainda possui vulnerabilidades várias, sobretudo ao nível das assimetrias internas, ineficiências de mercado, níveis de corrupção, desigualdades na distribuição da riqueza nacional e despesa pública excessiva, num contexto de abrandamento significativo nas taxas de crescimento económico mais recentes, as quais foram durante uma década o sustento da máquina interna e da projecção externa brasileira.

O Brasil prossegue cada vez mais uma política externa multilateralista, com vista a aumentar a sua capacidade de negociação e de intervenção nos assuntos globais, em fóruns internacionais tais como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o FMI e a Organização das Nações Unidas (ONU). A China, a Índia e antigos rivais regionais como o México e a Argentina tem sido novas apostas nas relações comerciais do Brasil, que resolveu apostar na diversificação da sua carteira de investimento. Um país que faz parte do grupo BRICA de pleno direito, pois não defraudou as expectativas nele

fundadas por Jim O'Neil em 2001 e porque as projecções para 2030 e 2050 de fontes como o PWC (2013) continuam a colocá-lo favoravelmente nos seus rankings e até admitem que se ultrapasse a si mesmo no futuro.

A confirmarem-se tais previsões, o poder geoeconómico do Brasil consolidar-se-ia, bem como o seu estatuto de potência regional com ambições globais num contexto de tripolarização geoeconómica, com afirmação gradual dos três potenciais mercados mais pujantes do futuro (a China, os EUA e a Índia), ao mesmo tempo que se prevêem perdas de competitividade e crises sucessivas nas economias europeias. Uma geoeconomia mundial mais virada para o oceano Pacífico poderia marginalizar gradual mas consistentemente o espaço europeu, provavelmente o continente mais afectado com esta transferência de poderes. O Brasil, embora atlântico, está mais próximo do que a União Europeia deste novo centro de gravidade.

Mas o xadrez global é actualmente volátil, incerto e poderá ainda trazer mudanças no equilíbrio de poderes e na dinâmica das principais economias desenvolvidas ou emergentes tais como o Brasil.

Bibliografia

Anderson, Perry (2011). “O Brasil de Lula”. *Novos Estudos*, CEBRAP, N.º 91, Novembro, pp. 23-52. URL: http://www.academia.edu/1747455/O_Brasil_de_lula_Artigo_de_Perry_Anderson_e_o_Governo_Lula_-_Revista_USP_Uma_Analise_Acida (consultado a 22/09/2013)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2012). “Área Territorial Oficial”. *IBGE – Cartografia, Geociências*. URL: <http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/areaterritorial/historico.shtm> (consultado a 18/09/2013)

International Monetary Fund (2013a). “World Economic Outlook Database”. *IMF – Data and Statistics*, World Economic and Financial Surveys, By Country, April, URL: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx> (consultado a 17/09/2013)

International Monetary Fund (2013b). “World Economic Outlook Database”. *IMF – Data and Statistics*, World Economic and Financial Surveys, By Country, April, URL: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/01/weodata/index.aspx> (consultado a 17/09/2013)

International Monetary Fund (2013c). “World Economic Outlook Update – Growing Pains”. *IMF Publications*, July 9, URL: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2013/update/02/index.htm> (consultado a 17/09/2013)

International Monetary Fund (2013d). “Official Reserve Assets”. *IMF*, Data Template on International Reserves and Foreign Currency Liquidity, Reporting Countries, September 16, URL: <http://www.imf.org/external/np/sta/ir/IRProcessWeb/colist.aspx> (consultado a 17/09/2013)

International Transparency (2012). “Corruption Perceptions Index 2012”. *International Transparency Brochure*, pp, 1-5, URL: <http://cpi.transparency.org/cpi2012/results/> (consultado a 17/09/2013)

Marconi, Nelson e Rocha, Marcos (2011). “Desindustrialização Precoce e Sobrevalorização da Taxa de Câmbio”. *Projeto Regulação do Comércio Global, Diretoria de Estudos e Relações Económicas e Políticas Internacionais do IPEA*, Textos para Discussão N.º 1681, pp. 1-55. URL: <http://www.ipea.gov.br/> (consultado a 20/09/2013)

Ministério Das Relações Exteriores (2013). “Comércio Exterior Brasileiro Setembro 2013”. *BrasilGlobalNet*, Indicadores Económicos e Sociais, Setembro, pp. 1-26. URL: <http://www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/ComExtBrasileiroSET2013.pdf> (consultado a 20/09/2013)

O’Neil, Jim (2001). “Building Better Global Economic BRICs”. *Goldman Sachs*, Global Economics, Paper N.º 66, pp, 1-16, URL: <http://www.goldmansachs.com/our-thinking/archive/archive-pdfs/build-better-brics.pdf> (consultado a 17/09/2013)

Portal Brasil (2010). “Renda – Desigualdade – Coeficiente de Gini”. *Brasil.gov.br*, Economia, Indicadores, URL: http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/disoc_rdcg/indicadorview (consultado a 17/09/2013)

Portal Brasil (2013). “Conta Financeira – Investimentos Directos Estrangeiros no Brasil”. *Brasil.gov.br*, Economia, Indicadores, URL: http://www.brasil.gov.br/sobre/economia/indicadores/bpn_finide/indicadorview (consultado a 17/09/2013)

PriceWaterhouseCoopers (2013). “World in 2050 – The BRICs and Beyond: Prospects, Challenges and Opportunities”. *PWC*, January, pp, 1-25, URL: http://www.pwc.com/en_GX/gx/world-2050/assets/pwc-world-in-2050-report-january-2013.pdf (consultado a 17/09/2013)

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). “Resumo – Relatório do Desenvolvimento Humano 2013 – A Ascensão do Sul: Progresso Humano num Mundo Diversificado”. *PNUD – RDH*, pp, i-21,

Ramanzini Júnior, Haroldo (2010). “Uma Análise da Política Externa do Governo Lula da Silva”. *Revista Debates*, Vol. 4, N.º 2, Julho-Dezembro, pp. 60-80.

United Nations Development Programme (2013). “International Human Development Indicators”. *PNUD – HDI, Indicators*, URL: <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html> (consultado a 17/09/2013)

Williams, Sean (2011). “Why is Brazil an Emerging Market Economy?” *Ebook – The University of Iowa Center for International Finance and Development*, pp, 1-27, URL: <http://ebook.law.uiowa.edu/ebook/sites/default/files/Brazil%20-%20Sean-1.pdf> (consultado a 18/09/2013)